

Ilmo. Senhor  
Pregoeiro Oficial  
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG

**JOSÉ LEONARDO**, brasileiro, contador público, inscrito no CRC/MG sob o nº 70.998, CPF: 846.231.366-04, com escritório à Rua João Antônio de Almeida, nº 126, Bairro Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.146-000, telefone: (33) 9.8828-3981, e-mail: [jioseleonardo@hotmail.com](mailto:jioseleonardo@hotmail.com), vem nos termos da cláusula 11.1 do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG, objetivando à Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria para o controle interno em auditoria contábil dos procedimentos administrativos pretéritos e em andamento no Município de Santa Maria de Itabira no âmbito do seu Poder Executivo, apresentar o competente **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO** do edital, pelos fatos e fundamentos a seguir:

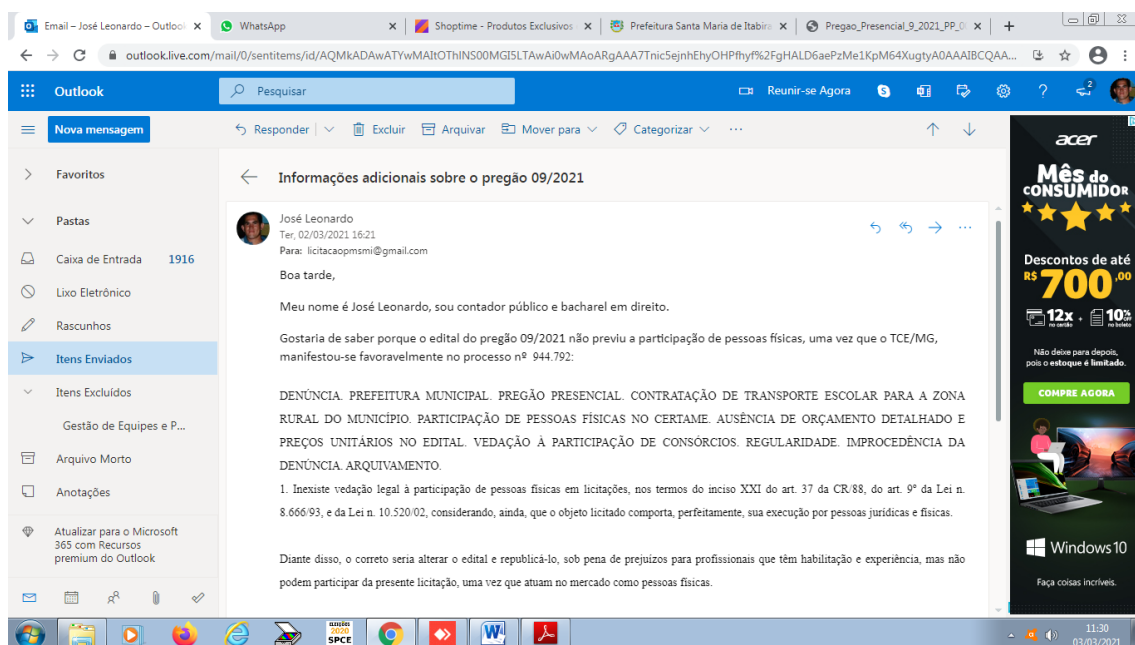
#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A cláusula 11.1 do edital do pregão nº 009/2021 fixa o prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas para solicitação de esclarecimentos ou impugnação do ato convocatório:

##### **“11 - PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**11.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.”**

Sendo assim, na data de 02/03/2021 foi enviado um e-mail para o endereço eletrônico indicado no edital, requerendo esclarecimento quanto a não previsão da participação de pessoas físicas no presente certame, conforme print abaixo:



Quero afirmar que sou sabedor da grave tragédia que se abateu sobre a cidade, com graves consequências para os moradores, e que os servidores públicos municipais com certeza estão se desdobrando para mitigar os efeitos causados pelas chuvas que trouxeram grandes prejuízos para a população, inclusive com perdas de vidas, no que nos solidarizamos.

Mas, por outro lado, a Administração Pública Direta e Indireta deverá obedecer aos princípios constitucionais que são norteadores de duas atividades.

**"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)".**

Desta forma, a resposta ao pedido formulado deve se dar em tempo hábil para assegurar o direito do reclamante, sob pena de prejuízos irreversíveis, uma vez que o certame está marcado para a data de 04/03/2021.

## **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Pode-se observar nos trechos abaixo transcritos que, tanto o enunciado do objeto (cláusula 1ª) do pregão presencial nº 009/2021 quanto a documentação

exigida na cláusula nº 9 do edital prevê a habilitação e participação somente de pessoas jurídicas, excluindo expressamente a participação de pessoas físicas.

## **1 – OBJETO**

**1.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria para o controle interno em auditoria contábil dos procedimentos administrativos pretéritos e em andamento no Município de Santa Maria de Itabira no âmbito do seu Poder Executivo, de acordo com as características, especificações e quantidades constantes no ANEXO I deste Edital.**

## **09 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**9.1 - O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:**

### **9.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**9.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;**

**9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto, contrato social e ultima alteração ou Alteração Contratual Consolidada em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;**

**9.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;**

**9.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.**

**9.3 - HABILITAÇÃO FISCAL 9.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);**

**9.3.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal em certidão única, abrangendo todos os tributos federais e as contribuições sociais / previdenciárias, consoante as disposições previstas na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014 alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821 de 17/10/2014;**

**9.3.3 – Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;**

**9.3.4 – Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da licitante;**

**9.3.5 – Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;**

**9.3.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

### **9.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.4.1 - Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, não superior a 90 (noventa) dias da data marcada para abertura do certame.**

**9.4.2 - No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação,**

apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

#### **9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.5.1 – A empresa deverá apresentar um rol de técnicos comprovando a existência de profissionais vinculados à empresa, do ramo da administração, economia, contabilidade ou gestão pública, cuja comprovação se dará por meio de apresentação do nome e número do Registro no Conselho de Classe ou Diploma.**

#### **9.6 – OUTROS DOCUMENTOS**

**9.6.1 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: o modelo contido no ANEXO IV.**

**9.6.2 – Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração: fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO V.**

**9.6.3 - Declaração que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Santa Maria de Itabira, fica facultado a utilização do modelo ANEXO VIII.**

Entendemos que a Administração Municipal não agiu de má fé, mas a exclusão de pessoas físicas de participarem do presente certame contraria os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade e ainda o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme demonstraremos a seguir.

## **DO DIREITO**

A redação do art. 9º da Lei nº 8.666/93, veda a participação pessoas físicas e jurídicas diretamente envolvidas na preparação e condução dos processos licitatórios, não permitindo interpretação extensiva do seu enunciado.

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Os serviços que a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Itabira pretende contratar por meio do pregão presencial nº 009/2021, podem ser executados tanto por pessoa jurídica como por pessoa física e não se enquadra em nenhuma das exceções do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

Este é também o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que se manifestou contrário ao entendimento do denunciante de que pessoas físicas não poderiam participar de processo licitatório para contratação de serviços de transporte escolar no Município de Viçosa/MG.

Tal situação foi decidida no bojo do processo nº 944.792, em que o TCE/MG entendeu que não há vedação legal para participação de pessoas físicas em processos licitatórios cujo objeto possa ser executado por ambos, *in casu*, **serviços de assessoria e consultoria para o controle interno em auditoria contábil dos procedimentos administrativos da Prefeitura de Santa Maria do Itambé/MG.**

“A Unidade Técnica registrou em seu estudo (fls. 79), que o edital previu a documentação de habilitação para licitantes pessoas físicas e jurídicas nos itens 5.2 e 5.3.1 (fl. 6/7), e item 10.1.3 (fl. 12), **e que não existe nenhum óbice à participação de pessoas físicas em quaisquer procedimentos de licitação**, o que decorre dos regramentos dispostos no inciso XXI, do art. 37, da CR/88, no art. 9º, da Lei nº 8.666, de 1993, ou na Lei nº 10.520, de 2002.

Assim, concluiu que, não havendo nenhum impedimento legal à participação de pessoas físicas, desde que preencham os requisitos legais pertinentes à especificidade do objeto pretendido pela Administração, não há que se falar em irregularidade, sendo, no caso em análise, improcedente a alegação da denunciante.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ratificou o entendimento da Unidade Técnica (fls. 87v).

Em defesas apresentadas (fls. 94 e 124/125), os responsáveis citaram a análise efetuada pela Unidade Técnica, **defendendo que não há impedimento legal à participação de pessoas físicas no procedimento licitatório**.

Corroboro do mesmo entendimento da Unidade Técnica, uma vez que não há vedação legal, com espeque no art. 9º, I e seu § 1º, da Lei nº 8.666/93, haja vista que decorre dessa previsão legal que o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica não poderá participar da licitação direta ou indiretamente, mas permitindo sua participação em licitações para obras ou serviços, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração.

Assim, é explícito no texto legal a permissão da participação de pessoas físicas em licitações, com previsão, inclusive, quanto à documentação de habilitação a ser exigida, nos termos do art. 28, da Lei nº 8.666/93. Ademais, incorre no impedimento em licitar somente

o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, servidor ou dirigente de órgão ou entidade e empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado - incisos I a III, do mesmo art. 9º. E, ainda, previsto no inciso XV, do art. 6º, da mesma Lei, que “contratado” é a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.

**Nessa esteira julgo improcedente o item denunciado.**

## **DO PEDIDO**

Diante de tudo que foi acima exposto, requeiro com base na cláusula 11.1.3 do instrumento convocatório, bem como § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, que seja modificado o edital do pregão presencial nº 009/2021, e que sejam inseridas condições para participação de pessoas físicas neste certame, sob pena de prejuízos irreparáveis ao reclamante.

Obs: cópia do presente pedido poderá, caso seja necessário, ser encaminhado ao TCE/MG para deliberações.

Nestes termos.

Pede deferimento.

São João do Oriente/MG, 03 de março de 2021.

---

José Leonardo  
CPF: 846.231.366-04  
CRC/MG: 70.998